

A ABORDAGEM GEOPOLÍTICA NO FINAL DO SÉCULO XX: NOVOS E VELHOS PARADIGMAS

Lucio Flavo Marini ADORNO¹

1. Introdução

Finais de século geralmente servem de prenúncio de novas orientações históricas das organizações das sociedades, trazendo novas rotulações como (des)valorização de concepções culturais e políticas do inundo em que se vive. A presença de tentativas de previsões históricas também é marca característica nos ambientes civis - populares, militares e acadêmicos, na busca de identificar as "novas ordens" ditadas pela ascensão de novos paradigmas.

Não há como negar que neste momento o advento dos novos paradigmas mundialmente concebidos, como a globalização, o pós-fordismo, o neoliberalismo, o desenvolvimento sustentável, ou por uma forma concreta com a crescente construção do meio técnico-científico informacional, atingem os rumos dos pensamentos cognitivos.

Posto o novo cenário do final do milênio, diante do processo de reestruturação do regime de acumulação capitalista, com suas novas formas de regulamentação social, tornou-se notório uma ocorrência de reformulações de modelos teóricos que supõem-se não atenderem mais a nova lógica de organização sócio-territorial.

Inserem-se nesta discussão a forma das práticas de dominação das relações sociais e dos mercados, fundamentalmente geridas por entidades constituídas como os Estados e as organizações empresariais privadas, ou as atualmente conhecidas como TNCs, as Corporações Transnacionais. O meio mais reconhecido para a exploração desta temática se notabilizou pela formação de estudos de Geopolítica, essencialmente alinhavados historicamente pela leitura da ação política dos Estados ao visarem, entre outras, o controle de seus territórios e assim de seus povos.

A Geopolítica desempenhou papéis de destaque em vários Estados, principalmente para aqueles envolvidos com interesses expansionistas ou imperialistas, ganhando maior expressão diante dos cenários de guerra, ou

¹ Mestrê em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente e doutorando em Geografia na UFRJ, Rio de Janeiro.

quando não, em políticas territoriais regidas por governos essencialmente militares. Tradicionalmente assim conhecida e utilizada, os sucessivos estudos geopolíticos se detiveram na interpretação da própria ideologia utilizada pelos Estados para galgarem sua afirmação internacional.

Com as novas realidades paradigmáticas constituindo como um invólucro de uma pronunciada "nova ordem mundial", a Geopolítica perde e ganha novos parâmetros de abordagem e análise, tanto no campo acadêmico como político.

Considerada atualmente por alguns como esgotada ou insuficiente para tratar os novos rumos das organizações sócio-territoriais, com discernimento e livre de dogmas ideológicos mecanicistas, a existência da Geopolítica enquanto meio de investigação é colocada em questão.

2. Noções e interpretações básicas

Marcado por uma confusão entre Geografia Política e Geopolítica no decorrer de muitos estudos temáticos até então apresentados como perfil geral, tradicionalmente se concebe a diferenciação entre ambas quando à primeira se atribui estudos relacionados ao dimensionamento e caracterização espacial, da posição e situação das fronteiras dos Estados, desta relação do espaço e o Estado; e à segunda enquanto formulação ou interpretação das teorias e projetos políticos de ação territorial como estratégias de operacionalização de poder entre os Estados.

Tal noção simplista é colocada em objeção pela análise de Costa (1990, p. 61), com o seguinte enfoque:

"Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus postulados gerais, para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço".

Assim se observa que, envolvido com os momentos de maior atenção às tensões ou conflitos internacionais nas relações entre os diversos Estados-nações, principalmente aqueles promovedores de políticas expansionistas com propósitos estratégicos de dominação regional ou mesmo global, na busca de firmarem-se como potências mundiais, é que se

produziu um vasto campo teórico para a geopolítica, fundamentalmente por geógrafos e militares, os gerais-geopolíticos.

Basicamente, como é de clássico conhecimento, o pioneiro a utilizar a concepção de geopolítica para expressar o tipo de relações entre o Estado e o território foi o professor de Ciência Política, Rudolf Kjéllen. Seu tratado², partindo das idéias elaboradas ainda por Friedrich Ratzel, inaugura a própria confusão futura entre a Geografia Política e a Geopolítica quando concebe a primeira enquanto uma geografia política da guerra, ou seja, posteriormente entendida como a própria geopolítica.

Mas é na escola alemã que a geopolítica galga maior expressão no círculo do poder com o advento do então Instituto de Geopolítica de Munique, fundado entre outros pelo general Karl Haushofer, propondo a geopolítica como uma consciência geográfica do Estado, firmando então a característica basilar da geopolítica como teorização enquanto "receituário" à adoção de políticas ideológicas pelos Estados, vislumbrando sua emergência por meio do Imperialismo. Numa primeira instância este imperialismo está calcado na política do colonialismo, do expansionismo territorial e sua preocupação com as estratégias de dominação dos territórios, envolvendo desde já, além do poder dos Estados, os movimentos articulados com os seus alinhados capitais pela competição internacional por novos mercados..

3. Conservadorismos e renovações na Geopolítica

O modo de se realizar tratados, textos geopolíticos, ou seja, a sua abordagem de estudo como assunto próprio da Geopolítica, se fundamenta numa cronologia histórica imbuída do que muitos teóricos na atualidade consideram como marca presente de uma "naturalização" do Estado.

Trata-se de uma abordagem que foi capaz de dar vida própria ao temário ideológico dos Estados, construindo-se de forma forjada uma verdadeira organicidade do Estado, baseada no pensamento do determinismo geográfico, desde que se atribuiu que a existência e crescimento do Estado dependeria diretamente de seu crescimento territorial, e que para tanto, a geopolítica deveria mostrar como viabilizar tal projeto.

Este tipo de enfoque serviu especialmente para legitimar as diversas práticas e estratégias de poder do Estado, ora significando que a afirmação de um Estado no plano internacional dependeria de ascender seus domínios,

² Suas principais publicações foram: *As grandes potências*, de 1905 e *O Estado como forma de vida*, de 1910.

por terras contínuas, toda uma região, um continente, ou do além-mar, de "novos continentes", precisando para tal controlar todos os mares ou finalmente todas as aerovias ao espaço sideral. Diferentes épocas tecnológicas com uma geopolítica essencialmente conservadora tiveram como propósito servir a construção de cenários vitoriosos de quaisquer tipo de guerras ou disputas entre Estados.

A formulação típica de conceitos por este viés ocorre com a incorporação de "novas leis gerais" marcadas por imprecisões e rotulações estanques, direcionadas à própria manipulação pelos agentes de estado, gerando e reforçando uma confusão entre conhecimento científico e puro direcionamento ideológico. Portanto, vários autores estrategistas considerados como geopolíticos que ganham reconhecimento, como Alfred Mahan, Halford Mackinder, Major Haushofer ou Nicolas Spykman, não são questionados pelos seus pares enquanto geradores de mecanismos de manipulação da própria sociedade, tampouco que seus trabalhos desconsideram as relações internas em seus países das desigualdades de classes, a não ser por novos teóricos liberais que readaptam as noções anteriores para a lógica da sua realidade contemporânea de mundo.

Não fugindo à tradição típica do pensamento geográfico positivista tradicional, os princípios e postulados desta abordagem geopolítica são, ao seu modo, próximos da concepção clássica de localização geográfica e de acesso aos "recursos naturais", uma valorização do tipo comparativa como condicionalidade capaz de conduzir à formação de um Estado enquanto possível potência mundial.

Mesmo como elevação da necessidade do domínio tecnológico, o meio natural enquanto fornecedor de matéria-prima para a manufatura ou industrialização, seja de componentes para produtos bélicos ou de biotecnologia, mantém-se como um fundamental recurso estratégico para a instrumentalização e conseqüente capacitação dos planos de operacionalização do poder do Estado.

Este cenário de abordagem, típico de um determinismo territorial comparativo, será reforçado no período entre guerras, ou se constituindo como a própria base teórica de operação dos interesses e movimentos dos Estados Modernos. Entretanto esta abordagem começará a perder fôlego com uma aproximação da Geografia Política acadêmica das Ciências Sociais, principalmente das correntes que lançam mão do materialismo histórico dialético, deixando mais lúcidas duas vias de interpretação geopolítica: a civil-acadêmica x a militar.

Assim como a Geografia Política, à Geopolítica, pela primeira via mencionada, começará a se atribuir uma abordagem de leitura numa

perspectiva de "desestatização", ou seja, o objeto central de estudo migrará da atenção ao promulgado *Estado territorial orgânico* aos movimentos políticos de classe e suas formas de manifestação pelo poder estatal.

Esta renovação do enfoque de análise geopolítica representará também a própria revisão gradual dos conceitos, objetos e objetivos do enfoque pela lógica formal da disciplina geográfica escolar, da chamada geografia tradicional dos professores, atrelada à reprodução da ideologia dominante dos estados-maiores.

A preocupação com a devida interpretação do caráter político do espaço em suas diferentes formas de expressão, produzidas diante de uma sociedade de classes que tem suas relações territorializadas por suas desigualdades de acesso ao mercado, aos meios de comunicação e informação, e por conseguinte ao próprio poder, coloca em xeque os tradicionais artificios de reprodução da dominação ideológica de um Estado. Este agora não mais aceito puramente como o legítimo defensor da soberania territorial de sua nação, mas sim enquanto comprometido com uma classe dominante.

Significa assim o rompimento com a produção de uma geopolítica tradicional, repercutindo também, em parte, numa desvalorização da própria Geopolítica, entendendo-a enquanto temática incapaz, até então, de traduzir o ato das políticas territoriais e a lógica das territorializações das relações socio-econômicas.

Inicialmente, tendo, entre outros, em Marx (1971), Engels (1975) e Lênin (1977), como os maiores expoentes que irão demonstrar esta mudança de idéias, a base da revisão de horizonte geopolítico passa pela rediscussão teórica sobre o próprio entendimento de Estado Moderno. Desvincular-se-á sua conceituação do ideário liberal, buscando evidenciar em suas contradições o seu caráter de dominação de classe como instrumento institucionalizado da busca do poder hegemônico da burguesia.

Desprovendo-se de reducionismo econômico, a relativa autonomia do poder estatal por um monopólio da burguesia é sustentada de forma mais clara em período posterior por Heller (1968), Gramsci (1975) e Poulantzas (1986)³ que ao reconhecerem o grau de determinação do fator econômico numa sociedade de classes capitalista, aproximam-se teoricamente quando interpretam que o Estado é uma expressão dos conflitos da sociedade de classes, enquanto esta, no Estado, é sobredeterminada pela sua função política.

³ Note-se que as datas não se referem às da publicação original dos trabalhos, mas sim o ano de publicação das edições brasileiras que foram consultadas.

Perante a incorporação à Geografia desta nova base teórica, o pensamento geográfico se transforma para um enfoque crítico sobre os sujeitos, os "atores coletivos" que participam de forma diferenciada na produção e apropriação do espaço, dando ênfase, conforme defende Raffestin (1980), na identificação e interpretação da distribuição do poder como forma de controle social. Toma também presença importante nesta nova fase Lacoste (1977/1986), que estabelece estudos voltados à identificação do jogo político em amplas escalas de análises, visando compreender a dinâmica interna das formações territoriais, indicadas sobretudo pelo levantamento das contradições do que entende como o todo estatal-territorial.

A própria noção e análise espacial, tida como objeto e instrumento de interesse geopolítico tradicional, se transforma com a conjugação de novas idéias alinhavadas por Alain Lipietz, David Harvey, Edward Soja e Milton Santos, permitindo a geração de revisões para a revalorização dos estudos geopolíticos com novos propósitos. Neste horizonte cabe ainda citar, como contribuição, as interpretações de Foucault (1979) e Lefèbvre (1978), repercutindo no desvinculamento da valorização direta do espaço enquanto fator estratégico hegemônico pelas suas atribuições geográficas concebidas tradicionalmente pelas teorias econômicas locais.

Ultrapassando o atrelamento da abordagem geopolítica do cenário das relações externas dos Estados para o seu vinculamento interno, Becker (1982, 1983, 1988) reforça a recuperação da análise geopolítica para o entendimento das relações produtoras do espaço pelos processos políticos, seus agentes em conflitos, imbuída na identidade das estratégias de dominação e gestão do espaço. Costa (1990, p.447), considera que estas abordagens assim projetadas e enriquecidas pelo amadurecimento histórico contemporâneo sugerem a formação de uma "Geopolítica Crítica".

4. Pensando o horizonte das novas tendências

A organização mundial das sociedades neste século, firmada em unidades Estados-nações, estabeleceu-se num ordenamento político mundial tipicamente bipolar, atravessando meio século por uma relação polarizada entre Leste-Oeste, Mundo Socialista x Mundo Capitalista, até o seu delineamento atual numa nova ordem mundial, a chamada *ordem multipolar*.

Orquestrado pela introdução global massiva e progressiva de novas tecnologias, que se compuseram em novas organizações e divisões econômicas multiescalares em tempo e em espaço, a decantada *nova ordem*

mundial representa não só mudanças no arranjo do poder econômico e bélico, na distribuição de poder no palco internacional dos Estados-nações, como concomitantemente a ascensão de novos agentes internacionais de dominação e intervenção.

O Estado perde o monopólio do exercício instituído do poder sócio-territorial nacional, "repartindo" substancialmente com as corporações empresariais pela sua expansão internacional, com uma distribuição gradual entre as de caráter financeiro, comercial e industrial. Ademais, os movimentos sociais de classe procuram a interpolação em diferentes momentos e escalas de acesso pela luta de forças pelo poder.

Esta nova redistribuição internacional, estabelecendo um movimento integral entre rivalidades e associações, ora é marcada por articulações entre Estados, entre Estado e corporações, ou apenas entre corporações. Ora é marcada por conflitos e manipulações entre os mesmos, significando também um novo desenho político interno dos países, mas que por sua vez, reforça diferentes posturas políticas conservacionistas, partidárias ou não, ritmadas em bases neoliberais ou populistas, ou ainda a junção de ambas.

A amplitude de tais movimentos de ordenamento territorial pelas reformadas ou renovadas estruturas de poder, perfaz em si uma nova ordem geopolítica mundial.

Novos fatos históricos trouxeram um novo molde geopolítico internacional que com a aplicação de novos padrões de acumulação de capital repercutiram numa maior expressão e interferência das corporações transnacionais na vida econômica e política dos Estados-nações, colocando-os em xeque até mesmo enquanto instituição capaz de gerir políticas nacionais e regionais de projeção para o desenvolvimento econômico, e mais debilitada ainda para a sua ação enquanto horizonte social.

Por outro lado, observa-se no mapa político mundial um processo de redivisão de fronteiras com a fragmentação territorial como firmamento do período pós-segunda guerra, com a revisão de questões regionais-nacionalistas que com o pós-guerra fria possibilitou reacender questões sócio-territoriais impostas e mal-resolvidas daquele período anterior.

Aliás, buscando tal entendimento, Vesentini (1992) aponta que as tensões do mundo em globalização são marcas expressivas dos problemas com o aumento das migrações internacionais, facilitadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, proporcionando o acirramento das contradições culturais, religiosas, étnico-nacionais, sócio-ambientais, em fóruns de disputas políticas.

Esse novo cenário, apontado pelo mesmo autor e por outros como Rufin (1996), remodela áreas e enfoques políticos de tensionalidades,

trazendo consigo um deslocamento polarizado para o eixo Norte-Sul, expressando um múltiplo acirramento de suas contradições e desigualdades, repercutindo num novo reordenamento regional em âmbito mundial neste final de século XX.

Surge, assim, a necessidade de adoção pelos Estados de novas estratégias e logísticas para a afirmação de poder sócio-territorial, agora através de seu empenho na formação de blocos regionais continentais. De outro lado também sugere que as empresas transnacionais adotem um elenco de estratégias visando a dominação do mercado global, somando-se para tal a corrida pela intensificação do uso tecnológico renovado, bem como movimentos de fusão empresarial.

As relações de poder entre os países ainda são notórias nos tempos atuais, mesmo diante do enfraquecimento do poder econômico de muitos Estados na participação dos rumos na economia de seus territórios e da relativização do exercício como poderio militar. Ainda assim persiste com novos artificios, planos e estratégias visando preservar a instituição Estado-governo como a autêntica máquina de poder de estabelecer limites, regras e de regulador da ordem social do regime de acumulação capitalista.

Isto representa uma via que possibilita um rearranjo da operacionalidade do poder político do Estado, tanto em suas aspirações internas de dominação de classes quanto acesso no fórum internacional da distribuição do poder, perpassando pela capitalização monetária e alocamento de recursos estrangeiros.

Para tanto, surge um novo e crescente realinhamento político no cenário das relações exteriores dos países que, propulsado por motivos econômicos, aparentemente tem dado a entender para alguns como o fim de algumas tradicionais rivalidades regionais (Argentina-Brasil, França-Inglaterra-Alemanha) com a aproximação diplomática e uma crescente perspectiva de integração econômica em blocos regionais, nos chamados mercados comuns, mercados livres de taxações alfandegárias.

Constituem-se em importantes mercados internacionais, que pelo caminho atual dos movimentos de globalização da interdependência econômica, quer sejam concebidos pela teoria dos blocos regionais ou pela da globalização em si via mercados supranacionais, apresentam-se como a tendência atual de fortalecimento mais aceitável.

No entanto, para alguns, estas leituras têm sido aceitas de maneira geral sem questionar e elucidar dois pontos importantes que se conjugam: o primeiro relacionado ao fato de que apesar da forte influência de áreas de tensões de interesses se apresentarem no eixo Norte-Sul, há ainda expressivos indícios de que existem relações semelhantes de rivalidades

entre os integrantes "deste Norte". Referimo-nos às relações exteriores entre o Ocidente com núcleos de conflitos culturais ou econômicos com o Oriente (EUA-China-Japão) ou especialmente, entre os empresários e os governos dos Estados Unidos com os seus congêneres do Japão, Alemanha, França e até mesmo com o Canadá.

Consideremos, a título de exemplo, apenas uma pauta das relações da época vigente entre os Estados Unidos e a França: conflito diplomático diante da imposição da Lei Helms-Burton, que estabelece restrições e sanções comerciais aos países que mantêm comércio com Cuba... a França é um dos que se sente prejudicada e tem rechaçado tal política norte-americana.

Uma interpretação que contemple um caráter tendencial de homogeneização histórica, quando se perdem as especificidades destas relações dinâmicas, dissimulando incertezas, pende mais para tendenciosa e dificilmente esclarecedora do que cientificamente concebível. Assim, já diria Hobsbawm(1995, p. 561) que *profetizar não ajuda nada*, bem como na análise de Kennedy (1989, p.509) que corrobora com essa idéia dizendo que *o sistema internacional está sujeito a modificações constantes*.

A segunda preocupação seria quanto as análises que se aproximam desde o neoliberalismo ao economicismo pragmático, enfocando como tese o fim das contradições de interesses entre países com políticas atuais de integração comercial, especialmente os de territórios vizinhos que outrora desenvolviam políticas estratégicas com propósitos imperialistas ou sub-imperialistas, enfim de qualquer expressão de exercício de poder de dominação além-fronteiras.

Caso típico e próximo de abordagem se refere ao sentido de formação do MERCOSUL, quando se reforça a leitura no foco da superação das dificuldades que imperaram nos tempos áureos da ALALC e posteriormente da ALADI.

Senão, se situarmos parte do perfil atual das relações exteriores Brasil-Argentina-Estados Unidos no que tange à formação dos blocos regionais e a busca da afirmação de suas lideranças, observaremos, explicitamente no caso do projeto de implantação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas - divergências político-metodológicas que refletem o conflito de interesses de formação de poder político-econômico regional do continente americano, polarizados principalmente entre os Estados Unidos, que desejam acelerar o processo e o Brasil, que defende o fortalecimento primeiro em fóruns sub-regionais (MERCOSUL-Grupo Andino).

Trata-se então da adoção de novas estratégias geopolíticas para readequar velhos desejos de poder transfronteiriços, mesmo que sejam em

novas bases de articulações supranacionais em nome de uma integração, como maneira de enfrentar a inevitável globalização da economia, assim entendida e analisada por muitos teóricos e políticos neoliberais.

A política de integração acaba funcionando assim como defesa, resistência ou como passaporte para garantir relações econômicas e fatalmente políticas *igualmente vantajosas para todos que dela participem*⁴ ou em outras palavras, diante das novas determinações do sistema capitalista de acumulação que se impõem sobre quaisquer economias nacionais, mesmo sabendo *a priori* que estas desejadas vantagens são para poucos conquistadores, quicá aqueles habilitados que entenderam o recado da “nova ordem mundial”: unidos venceremos até se chegar ao melhor., ou então entendido, até conseguir ser o melhor .

O velho paradigma do poder de dominação dos Estados ainda persiste, mesmo que em novos moldes, condições, meios e escalas, e por mais que não admitam os seus sonhadores governantes, o sentido geopolítico da palavra potência não foi tirada do dicionário da transição para o novo milênio.

5. Considerações finais e um enfoque brasileiro

Superada a euforia inicial das novas interpretações e apontamentos da “americanização” do mundo depois do desaparecimento do bloco soviético revelam-se na atualidade diferentes indicativos vetoriais como relações sócio-políticas que envolvem cenários geopolíticos. Assim, apesar da aceitação do processo de globalização não se pode atribuir uma padronização e uniformização total dos diferentes agentes sócio-políticos por haverem, sem sombra de dúvidas, diferentes relações estruturais ou conjunturais em escalas antagônicas, espaciais e de tempos.

As diferentes pautas de relacionamentos internacionais encontram especificidades de interesses que, ora aproximam contrários e distanciam semelhantes, ora representam o seu inverso, numa relação que depende do fórum de ação e acesso à alocação de recursos, e recursos num vislumbamento de capacitação para o poder.

⁴ Palavras do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, na reunião do Grupo do Rio, realizada em Cochabamba, Bolívia, em 04/09/96, ao manifestar a posição em defesa de um gradualismo no processo de integração das Américas.

Neste teatro geopolítico se apresentam desde os movimentos sociais organizados até os das grandes corporações capitalistas, entremeados com a presença da balança de poder dos Estados.

Dentre uma destas pautas, a que se aproxima de uma polarização Norte-Sul mais factível (entendida numa nova ótica de manifestação centro-periferia), é quando se discute a questão ambiental, onde nas negociações entre estes países tramitam-se os caminhos futuros não meramente do meio ambiente mundial, mas fundamentalmente o futuro das nações, o futuro dos países quanto ao próprio acesso e manutenção da hegemonia na relação produção-mercado.

O caminho da questão ambiental e o da questão geopolítica se fundem num só quando se trata das “teses” do desenvolvimento sustentável enquanto instrumento político com a elaboração de zoneamentos agroecológicos numa perspectiva econômica⁵.

Na identificação ainda dos novos padrões e paradigmas que repercutirão em novos cenários geopolíticos, a presença e defesa de pressupostos como indicadores de organização do mundo capitalista vem crescendo quando se refere a denominada qualidade total, galgando espaço nas novas teorias de administração que têm alcançado uma amplitude cada vez maior em diversos ramos de atividades industriais, comerciais, agropecuárias e até mesmo educacionais.

Esta nova ordem estratégica de pensamento organizacional, transmite uma nova lógica que funde idéias desde a chamada reengenharia até a adoção de políticas de marketing, expressando-se através dos “selos” de qualidade, os ISOs, constituindo-se neste último como um novo credenciamento (ou exclusão) ao mercado global, tido por esta via, como ultramoderno, avançado e progressista.

Por conseguinte, compondo-se a uma nova redivisão internacional do trabalho, ela vai repercutir não apenas num novo ritmo de exclusão, considerado por alguns como o darwinismo social, como também reforça os princípios de competitividade empresarial como o dogma de desenvolvimento de uma nação.

Esta conquista dependeria então da existência de um mercado “nacional” aberto e integrado a estes princípios numa esfera global, o que se tem refletido na adoção de políticas neoliberais em muitos governos de Estados.

⁵ ADORNO, Lúcio Flávio Marini. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: da questão ambiental à Geopolítica. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n. 14, 1992, p. 158-167.

Em verdade subjaz a estas ações políticas capitalistas um novo tipo de imperialismo, ou numa ótica neocolonialista, não mais atrelado à visão tradicional de um país como maior potência mundial, mas o do acesso ou dominação ao ritmo de renovação tecnológica que tem cada vez mais acelerado o processo, travestindo-se como o novo imperativo.

Significa assim dizer quais e como determinados países (além de identificar quem neles) estão participando da chamada atual Terceira Revolução Industrial como aborda tal temática Dahlman (1993), entre outros.

Com os caminhos políticos do processo de globalização o tema integração regional supranacional ganha fôlego nos debates acadêmicos, governamentais e militares reforçando e requalificando a Geopolítica como um prisma fundamental de análise na busca da compreensão dos caminhos das novas articulações internacionais de poder, desde que se atribua essa tendência particularmente àqueles Estados-nações qualificados ainda como potências por diferentes naturezas de formação, ou a lógica de funcionamento dos blocos regionais.

Considerando análises contemporâneas, como as de Miyamoto (1995), Minville (1994), Arroyo (1994), entre outras, de uma forma geral, persistem as dúvidas dos reais interesses em associações de países em nome de uma integração regional em esferas continentais, que relembrem defesas passadas de alguns poucos líderes em prol de uma não fragmentação territorial de ex-colônias. Percebe-se um dualismo de interpretações entre a integração como união-cooperação ou como novo estágio de anexação a interesses expansionistas de liderança e poder nestas esferas regionais.

O cenário propício de análise brasileira é o MERCOSUL, quando ao se deparar com os propósitos geopolíticos do regime militar de 1964 a 1985, fatalmente incorrer-se-ia em inseri-lo por interpretações do tipo "incorporação gradual ao Brasil de áreas estratégicas via integração viária... conseguida esta, a integração econômica e a satelitização política dos países vizinhos seriam conseqüências inevitáveis"⁶.

Talvez, ainda, retomando como pauta uma revitalização da política do *pragmatismo responsável ou universalismo*, cuja qual se concebe a existência de aliados e não de amigos, ou de outra maneira, de mercados e não de ideologias. Em contrapartida, tal análise poderia, por sua vez, ser também divergida atualmente quando se reitera que este tipo de

⁶ Interpretação do período por SCHILLING, Paulo R. *O expansionismo brasileiro. A Geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global, 1981, p. 137.

incorporação só poderia ser entendido como do avanço das novas estruturas produtivas do atual ciclo de desenvolvimento do capital "sem pátria".

Mas é prematuro afirmar que todos os princípios e interesses geopolíticos bem conhecidos daquele período autoritário desapareceram do pensamento da diplomacia brasileira, ou supor que, diante da nova realidade de estagnação do modelo imperialista estatal, sobretudo das audaciosas intenções brasileiras na América do Sul, não haja um projeto geopolítico no (do) regime democrático brasileiro.

O próprio Itamarati aponta a rota para uma análise mais cuidadosa sobre esta questão, ao definir as suas prioridades como política externa brasileira na seguinte ordem: processo de consolidação do MERCOSUL e sua afirmação na relação com os outros blocos econômicos, o movimento de integração do hemisfério via Grupo do Rio - Cúpula das Américas, firmar relações com os Tigres Asiáticos - Bacia do Pacífico, firmar relações com os três países continentais China, Rússia e Índia... incluindo entre tal importância ainda uma política de reforma das Nações Unidas significando sua candidatura a uma cadeira como membro permanente no seu Conselho de Segurança.

De qualquer forma, nota-se que a Bacia Platina firma-se como o primeiro foco direto dos interesses da política externa brasileira, e a existência de um pacto de não-agressão com a política externa argentina revela-se tático. Há na verdade um novo nivelamento de competição regional, expressado não apenas na busca direta pela captação de novos investimentos externos, mas estrategicamente ao disputar ao mesmo tempo pelo direito de participar no Conselho de Segurança da ONU ou até mesmo em sediar as próximas Olimpíadas, exercitando uma competitividade como um tipo de *pacto da barganha eficiente*.

Se por um lado no processo de formação do MERCOSUL a pauta militar também se apresenta, no intuito de uma aproximação das forças armadas dos dois principais países (supondo-se a superação das rivalidades e desconfiâncias de poder bélico), por outro observamos indícios de interesses opostos. Por que então o interesse do governo norte-americano (notadamente de Bill Clinton) em outorgar à Argentina a categoria de aliada extra da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte - coincidindo com o total interesse militar argentino?⁷ Ou mais ainda, como interpretar as

⁷ Conforme afirmava matéria do Jornal *Clarín*, na seção Política, de Buenos Aires, de 23/03/1997, página 14, como segue: "Intensificam negociações. O governo quer que Washington outorgue à Argentina a categoria de aliado extra da OTAN. Porém

negociações em prol de tomar a Argentina também o principal parceiro externo do NAFTA, a partir da iniciativa dos EUA?

A afirmação deste primeiro tratado e as declarações do presidente argentino, Carlos Menem⁸, de oposição à idéia do Brasil vir assumir uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, representando assim os países da América Latina, revelam nitidamente o cenário de disputa de espaço político regional diante das organizações internacionais impulsionados ainda pelos planos de crescimento da integração comercial com novos parceiros, os interesses hegemônicos dos EUA se fazem presentes na disputa do mercado latino-americano e de sua afirmação continental para conferir novas conquistas no cenário dos blocos mundiais.

Parece prudente analisar que a “desestatização da geopolítica” como defendido por Costa (1990), deve ser entendida enquanto enfoque de negação das várias ramificações organicistas ratzelianas, àquelas voltadas aos interesses parciais imperialistas ou intervencionistas de Estado, mas não se pode confundir com a expoência do discurso neoliberal atacando o Estado em seu interesse de reduzi-lo a apenas um regulador social. Tal perspectiva induziria uma interpretação equivocada de que o Estado está perdendo o seu papel geopolítico e anulando sua força neste cenário.

O que notamos no âmbito das articulações internacionais dos Estados são movimentos de adaptação e disposição aos novos instrumentais que os credenciem a participar no novo tabuleiro internacional do jogo de forças, a busca de novas bases de afirmação de sua posição no parcelamento do poder diante da ordem mundial vigente.

Tal cenário nos faz pensar além da renovação de estratégias de poder global e regional no mundo atual, em quais repercussões estão advindo deste novo direcionamento político-econômico, reforçadas pela via das políticas governamentais, na própria regionalização intra-nacional, e as adaptações ou novas estratégias de desenvolvimento regional manipuladas pelas diferentes lideranças políticas regionais.

O levantamento da dotação orçamentária federal e estadual, superposto com o atual mapa de investimentos privados e de reestruturação das unidades produtivas e suas mudanças, no território nacional, deverá

o único obstáculo que enfrenta a promessa de Clinton: os governos norte-americano e argentino estão preocupados com a reação que poderiam ter Brasil e Chile...”

⁸ Menem disse não concordar que o Brasil se transforme em membro do Conselho de Segurança da ONU porque essa posição ameaçaria o “equilíbrio” da região, em entrevista publicada pelo Jornal *O Estado de São Paulo*, em 17/08/1997.

indicar a nova geografia de mercado, e mais ainda, a *geopolítica dos negócios e do desenvolvimento*, como estudo de aproximação dos referenciais de Agnew & Corbridge (1995).

Por esta ótica, consideramos que a política estatal de desenvolvimento regional em território nacional hoje vem transformando-se, mais do que nunca, numa geopolítica nacional de regionalismos empresariais e políticos enquanto *capacitação ao mercado global*, reforçando e permitindo estrategicamente pelo discurso do desenvolvimento e da autonomia regional, a escalada de acesso ao poder das elites regionais, mesmo as de modelos tradicionais, que para o exercício da dominação entendem que o uso de paradigmas modernos reveste-se como marketing capaz de credenciá-las para o sucesso em tal tarefa.

Portanto seria pertinente a questão de que o problema do desenvolvimento regional não é técnico, mas sim ideológico por mais que muitos hoje acreditem que a ideologia não expresse resultados práticos contraditórios no mundo da globalização.

Não há uma uniformização singular de idéias, a não ser uma pluralização uniformizada enquanto mapeamento sócio-territorial. Daí deduzimos que a essência das políticas de desenvolvimento regional é ideológica e não voltada propriamente para o desenvolvimento per si, como algo organicamente existente, não direcionada como atitude administrativa de autonomização sócio-territorial, o que revela portanto que tais políticas são, em verdade, traços de aplicação de estratégias geopolíticas de dominação sócio-territorial.

O poder precederia, assim, à própria lógica de como realizar a reprodução de capital, ou como aqui queremos expressar, o sentido e a lógica da dominação é inerente a todas as fases de desenvolvimento dos regimes de acumulação capitalista, seja por quais forem os novos mecanismos e condições materiais necessárias para que isso ocorra.

Ser dominante ou estar na condição de dominador, portanto como detentor do poder de..., valeu sempre como impulsionador histórico de novos arranjos sócio-territoriais, de ditamento de novas ordens como pressuposto antítese de anteriores, do forjamento e aliança de novas logicidades organizacionais aos povos em suas chamadas “evoluções das sociedades humanas”.

Assim pode se dizer que não existe um plano “propriamente geográfico”, seja ele da corrente das vantagens locacionais, comparativas ou competitivas, para o desenvolvimento sócio-territorial, mas muito mais político-ideológico de se imprimir aquela linha de pensamento econômico oriunda de uma matriz discursiva ideológica.

Neste caso, o que se concretiza no espaço é o desenvolvimento daquela tendência ideológica historicamente determinada, por mais que revele também suas contradições em contra-tendências, que por sua vez estas últimas servem como o alvorecer da escalada de novas.

A composição de estudos geopolíticos atuais que contemplem um balizamento entre a permanência das velhas estruturas e estratégias de manifestação de poder confrontando-se com as novas estruturas, com os atuais direcionamentos neoliberais das teorias de desenvolvimento regionais, indicam-nos produtora ao entendimento da reestruturação da lógica da atuação do ciclo de existência do capital ao ciclo do Estado e, assim, dos novos sujeitos e territórios resultantes.

Referências bibliográficas

- AGNEW, John, CORBRIDGE, Stuart. *Mastering Space - Hegemony, Territory and International Political Economy*. New York: Roulledge, 1995.
- ARROYO, Mônica. Mercosul: Discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In: *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994, p. 308 - 314.
- BECKER Bertha K. O Estado e a questão da terra na fronteira: uma contribuição Geopolítica. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 211-232.
- _____. O Uso Político do Território. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Dep. Geografia / UFRJ, 1983.
- _____. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 50, vol. 2, 1988.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: USP, 1990, 477p. (Tese de doutoramento)
- DAHLMN, Carl. Os Países em Desenvolvimento e a Terceira Revolução Industrial. *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 259 - 290.
- ENGELS, Friederich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- HELLER Hermann. *Teoria do Estado*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LACOSTE, Yves. *A Geografia - Isso Serve, Antes de Mais Nada, Para Fazer a Guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

_____. *Geopolitiques de la France. Hérodote*. Paris: La Découverte, v. 40, 1986.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Moscou: Editorial Progresso, 1977.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil - Estado e Política*. Campinas: Papyrus, 1995.

MINVIELLE, Sandra Eva. Integração e hegemonia na Bacia do Prata. Novas Estratégias do Discurso Geopolítico Argentino (1986 - 1992). In: *O Novo Mapa do Mundo: Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Hucitec - Anpur, 1994, p. 132-148.

POULANTZAS, Nico. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RUFFIN, Jean Christophe. *O Império e os Novos Bárbaros*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.